

A ESTÉTICA DA LUTA E A ÉTICA DA MORTE: O ASSASSINATO DO PADRE JOSIMO E O NASCIMENTO DA UDR NO CONTEXTO DA NOVA REPÚBLICA

THE AESTHETICS OF FIGHT AND THE ETHICS OF DEATH: THE MURDER OF FATHER JOSIMO AND THE BIRTH OF THE UDR IN THE CONTEXT OF THE NEW REPUBLIC

DOI 10.20873/uft2179-3948.2023v14n2p191-210

Moisés Pereira da Silva¹
Jôyara Maria Silva de Oliveira²

Resumo: A história da América Latina é marcada pelo embate entre forças conservadoras, que pretendem parar o tempo das mudanças, e a resistência campesina, negra, indígena e de outros grupos que, com suor, alegria e sangue, vão acelerando a mudança. Esse artigo socializa resultado de estudo que, a partir de pesquisa documental, bibliográfica e da memória, problematiza as nuances de uma experiência brasileira, o conflito agrário na região do Bico do Papagaio entre as décadas de 1970 e 1980 a partir do trabalho político-pastoral do Padre Josimo.

Palavras-chave: Josimo; UDR; Violência.

Abstract: The history of Latin America is marked by the clash between conservative forces, which intend to stop the time of change, and the resistance of peasants, blacks, indigenous people and other groups who, with sweat, joy and blood, are accelerating change. This article socializes the result of a study that, based on documentary, bibliographic and memory research, problematizes the nuances of a Brazilian experience, the agrarian conflict in the Bico do Papagaio region between the 1970s and 1980s based on political-pastoral work by Father Josimo.

Keywords: Josimo; UDR; Violence.

Introdução

*Pertenço a este grupo de pessoas
dispostas a transformar o mundo
a transformar as próprias vidas.*

¹ Doutor em História Social (PUC-SP). Professor do Curso de Licenciatura em História da UFNT. Email: moises.pereira@mail.uft.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2712-3820>.

² Mestrado Interdisciplinar (UNIFESSPA). Professora SEMED Araguaína (TO). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2909-4875>.

O fragmento acima é retirado de uma obra organizada por Carmelo Scampa, que reuniu vários textos póstumos de Josimo e os publicou no final da década de 1990 como parte do seu esforço de instituição da tradição da Romaria Padre Josimo, construção do mártir que, para a igreja, foi muito mais importante que o agente pastoral da Comissão Pastoral da Terra (CPT), acusado, à época, de agitador por alguns membros do clero afeitos às mesas dos ricos. Dessa consciência dita poeticamente resultou o engajamento do padre Josimo com a luta camponesa, compromisso que afrontou, além do projeto capitalista no Bico do Papagaio articulado em torno da União Democrática Ruralista (UDR), a estabilidade das relações de parte da igreja com a pequena e média burguesia agrária da região acomodada às benesses do Estado e às bênçãos da igreja. É disso que trata essa pesquisa.

Poeta, filósofo, padre e professor, o discurso de Josimo não pode ser tomado como mera apologética, como também não é resultado de uma revelação desconectada do mundo em que vivia. Seu pensamento e prática estão vinculados ao movimento latino-americano de intelectuais católicos ligados à Teologia da Libertação. Henri Burin des Rozières, que trabalhou com Josimo, explicou a Silva (2011) que não era a teoria que inspirava a ação dos agentes pastorais, mas o que se fazia, intervindo na realidade, é que podia ser pensado teoricamente. As contradições estavam postas pelas próprias opções do Estado, que em alguns casos financiava as investidas dos fazendeiros sobre as terras de posseiros e indígenas a atuação nessa contradição, por sua vez, é que podia ser lida à luz da narrativa bíblica, do povo em êxodo buscando a terra prometida.

Essa realidade dramática de desigualdade e violência, herança das várias ditaduras na América Latina, é que teria inspirado alguns teólogos a uma releitura da bíblia, especialmente do livro do Êxodo e, segundo estes teólogos³, à percepção do problema da terra como problema do povo de Deus. É em face dessa ética assumida por Josimo, ética no sentido do agir bem como chave de construção do bem coletivo, ou da felicidade humana na acepção de Aristóteles (1991), que se interpõe a outra ética, a da morte, projeto capitalista assumido pelo Estado, que seja pela omissão, seja pela repressão, também promoveu a morte no Bico do Papagaio e também foi partícipe do assassinato do padre Josimo, tema de que trata esse texto.

A produção escrita de Josimo não é mera subjetividade, mas parte de uma estética vinculada ao universo da sua prática, que sente a dureza da vida, mas não perde a ternura na

³ A exemplo dos postulados de Harvey Cox (1968), José Comblin (1977) e Gustavo Gutiérrez (1975), dentre outros.

luta, vivo na memória dos seus contemporâneos não apenas pela estética desse compromisso, como pela boniteza poética da forma como o viveu. É preciso dizer, desde logo, que boniteza é termo muito significativo no contexto de pensamento e ação de Josimo, termo que pode ser refletido na aproximação entre este e o educador Paulo Freire⁴, que foi inspirado e inspirou-se na teologia da libertação⁵. Em Paulo Freire, boniteza é o pressuposto de libertação do oprimido, mas também do opressor, processo que exige amorosidade, coragem e escolha ética pelo projeto de Ser-Mais. Essa mesma perspectiva podemos encontrar na luta encampada por Ernesto Rafael Guevara de La Serna, o revolucionário Che, a quem se atribui a frase” *hay que endurecerse, pero sin perder la ternura jamás*” e que embora não se possa provar ser de sua autoria tal frase/ideia, seu biógrafo Tirso Sáenz⁶ avalia que bem poderia ser.

A partir da metodologia da crítica documental⁷, em paralelo com estudo bibliográfico e análise de entrevistas realizadas por Silva (2011) buscou-se refletir sobre o sentido do engajamento político-pastoral de Josimo frente à violência agrária do projeto capitalista articulado em torno da UDR. O embate de projetos foi muito além da morte de Josimo. Seguiu-se a esse feito uma campanha de difamação através dos veículos de imprensa, como o jornal o Estado de São Paulo⁸, e os órgãos de Estado, a exemplo da Polícia Federal, do exército e da Secretaria de Segurança Pública de Goiás e Maranhão alimentavam essa campanha difamatória invertendo a investigação da pessoa dos suspeitos para a pessoa da vítima numa clara estratégia de suplantar tudo aquilo que a vida e o trabalho do agente pastoral representava.

No contexto do assassinato do padre Josimo, em 10 de maio de 1986, a Secretaria de Segurança do Maranhão, responsável pela investigação do homicídio, que ocorreu em Imperatriz, “entregou à imprensa um dossiê sobre Josimo que, entre outras acusações indicava

⁴ (1967, 1987, 1997)

⁵ Moacir Gadotti (1996) avalia que ao longo da sua trajetória, desde a formação, Freire se aproximou de pensadores marxistas, humanistas e cristãos. A educação popular, enquanto pressuposto de um projeto que, segundo Brandão (2002) se dirige à transformação radical da sociedade, ou seja, dos seus sistemas de poder, produção e de organização da vida social e cultural tem em Freire sua expressão pedagógica, mas se dá no encontro entre vários atores, inclusive teólogos da libertação que vão abrir caminhos à formação das chamadas Comunidades Eclesiais de Base, CEBs, espaços-tempo de vivência da Educação Popular.

⁶ Saenz avalia que a frase poderia muito bem ser de Che, vez que sua viúva, Aleida, lhe testemunhou que Che Guevara, “apaixonado pela literatura e, em particular, pela poesia, gostava de recitar poemas a ela, como expressão de amor e carinho” e “dava sentido a esse pensamento em sua vida pessoal e familiar”. (2017, p. 9).

⁷ Todos os documentos integram o arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), escritório de Araguaína-TO. Nos arquivos da CPT, esses documentos se dividem em correspondência, escritos pessoais de Josimo e textos de periódicos. É importante registrar que à época da pesquisa, em 2010, os documentos se encontravam, do ponto de vista da arquivologia, precariamente guardados, alguns já em avançado estado de deterioração.

⁸ O editorial d’O Estado de São Paulo, de 22/08/1986, com base em supostos relatórios da Polícia Federal, apresentava Josimo como um agitador perigoso. No dia anterior, como parte da campanha de assassinato moral, o mesmo jornal já traduzira ao povo as razões da morte de Josimo, segundo o periódico, consequência da atuação de uma ala da igreja ligada à esquerda brasileira.

o padre como agitador e incentivador de invasões de terra, sendo ele o responsável pelo clima de violência na região” (SILVA, 2011, p. 160). É pois, dessa ética da morte cujo projeto conforma o próprio Estado, no confronto com a boniteza e com a ética da vida, que engajou Josimo às últimas consequências, que trata esse artigo.

O assassinato de Josimo e, naquela mesma década de 1980, de muitos trabalhadores, em que pese o esforço do capital, articulado em torno da UDR e dos agentes do Estado, não pôs termo à luta dos trabalhadores pelo direito à terra de trabalho. A memória de Josimo, muitas vezes vivificada na sua poesia, fortalece o ânimo de outros atores sociais que seguem lutando no campo, ancorados⁹ na memória da luta do Padre Josimo. Esses são resultados. Mas, tudo isso também impõe, quase por dever de ofício, a quem atua na educação, frente à aridez dessa temática nos currículos, a reflexão sobre o modelo educacional demandado pelo chão em que se dá esse processo que é político e que ainda trata de embates entre projetos. E esse também é um elemento resultado da pesquisa.

1. Aquele menino negro

*Quem é esse menino negro
Que desafia limites? [...]*

*Apenas um homem
Sandálias surradas
[...]
Riso alvo*

*Lutou contra cercas
Todas as cercas
(CPT, 1986, p.12)*

Mário Aldighieri (1993) registrou que Josimo, filho de família migrada do Nordeste, nasceu em 5 de abril de 1953 em Marabá, no Pará, em terra de homens e cemitério de famílias¹⁰, tendo depois mudado com o que restou da família para Xambioá, à época, norte de Goiás, hoje estado do Tocantins. O sociólogo José de Souza Martins, uma referência no estudo sobre a questão agrária no Brasil, demonstrou (1984; 1989; 2014) como, especialmente essa região,

⁹ Da memória de Josimo como herança aos movimentos sociais tratam Silva (2011); Bezerra (2013); Chaves (2015); Santos e Lira (2015).

¹⁰ Como explica Silva (2011; 2016) o garimpo e a escravidão contemporânea despedaçaram famílias; ao que Figueira (in RAMPAZZO, 2007) acrescenta que, especialmente no Pará, a escravidão tornou muitas mulheres viúvas e muitos filhos órfãos, de esposos e pais ainda vivos, embora sucumbidos à degradação.

encontrava-se desde o início da década de 1970 marcada por conflitos agrários. Mas, a questão agrária não é o único problema social nessa região. Há ainda a luta social dos garimpeiros, luta simbolizada pelo episódio conhecido como Massacre de São Bonifácio ou Massacre da Ponte¹¹. Garimpeiros sobreviventes desse massacre seriam depois assassinados em outro massacre promovido pelo Estado através da Polícia Militar, o Massacre da Curva do S, ou Massacre de Eldorado dos Carajás¹². No Sul do Pará, como de resto no campo brasileiro, prevalece, desde muito antes de Josimo, a lei do mais forte, e mais fortes são as elites econômicas, composta sobretudo por fazendeiros. E são fortes não só pela riqueza que detêm, mas pelo controle que exercem sobre o Estado, como ficou muito claro no massacre de trabalhadores mais recente da história do Brasil, o Massacre de Pau D'arco, quando políticos se pronunciaram publicamente a favor dos executores de trabalhadores.

Se nasceu em Marabá, terra em que os homens se perdem; foi em Xambioá, também terra de garimpo, problemas agrários e, a partir do início da década de 1970, da Guerrilha do Araguaia, que Josimo viveu até entrar no seminário, em 1964. Note-se que Josimo ingressou no seminário com apenas 11 anos de idade e, coincidentemente, no mesmo ano do golpe civil-militar. Embora não seja o caso de descartar as impressões da infância como determinantes para a formação da sua personalidade, do seu *ethos*, é mais relevante destacar, já na idade adulta, pelos seus escritos, especialmente as correspondências e poesias, a influência do permanente contato com a comunidade de origem e a sintonia com aquele contexto. Já em São Paulo, entre os estudos de filosofia e teologia, da primeira poesia, *Paixões angustiantes*, escrita depois das férias de meio de ano, em novembro 1972, às oito poesias de 1973, o jogo linguístico em torno de palavras-chave como *suor*, *poeira*, *dor e fome* indicam a sintonia com os significados desse vocabulário. Essa é a face do real. Outro é o vocabulário da utopia necessária. Nesse caso, *amor*, *terra*, *suor e vida*. Há registro de 11 poesias escritas em 1974, ano de maior repressão dos

¹¹ Nesse episódio, em 1987, o Estado do Pará respondeu à uma manifestação de garimpeiros que fechavam a ponte do Rio Tocantins, obstruindo a passagem do trem de minério, mandando para o local a Polícia Militar e o Exército. Cada uma dessas forças fechou um lado da ponte e os mais de 300 trabalhadores que lutavam para garantir direitos trabalhistas por sua atuação no garimpo de Serra Pelada, cercados, ficaram no meio. Quando a polícia investiu violentamente sobre o grupo, muitos pularam da ponte a uma altura de cerca de 70 metros de altura. “Mais de 30 anos depois, o número de mortos ainda não está verdadeiramente desvendado. O governo, à época, sinalizava com dois mortos, conta que subiu para nove nos anos que se seguiram, mas registros apontam de 50 a 79 desaparecidos em decorrência dos conflitos” (BRASIL DE FATO, 2020).

¹² Em Rampazzo (2007) José Batista Afonso, advogado da Comissão Pastoral da Terra e outros depoentes, sobreviventes do Massacre de Eldorado dos Carajás, declaram acreditar que não foram apenas 19 trabalhadores assassinados. A tese é de que, sendo muitos destes trabalhadores ex-garimpeiros, a muito sem vínculo com a família, teriam sido mortos e depois, sem identificação por familiares, enterrados clandestinamente ou tiveram seus corpos ocultados.

militares na região de Xambioá. A esse tempo de terror corresponde permanente deslocamento de famílias tangidas pela cerca ou pela violência dos militares e de seus asseclas.

Depois da madrugada
foram todos andando
na espera duma melhora

Ninguém sabia que as pedras
corriam céleres,
tapavam as estradas
e o tesouro encobriam.
(CNBB, 1999, p. 20).

Embora não seja objeto desse texto esgotar os achados da pesquisa, é importante destacar alguns momentos da produção poética de Josimo como marcas de um processo de amadurecimento, como o texto de 1974 em que declara, poeticamente, já ter uma firme decisão, a opção por transformar o mundo, transformando a própria vida. Esse posicionamento ético se dá em face das pedras que tapam as estradas. É nesse sentido que é preciso ainda pensar outra poesia de 1979, texto em que escreve.

Ó terra, minha mãe e pátria!
[...]
Os grandes e poderosos penetraram em você,
pisaram todo o seu corpo,
parte por parte,
e arrancaram dos seus braços
os mais queridos filhos,
os mais sorridentes e trabalhadores,
os mais fracos e pequeninos.
Mas você continua a existir!
A existir como escrava de grileiros e poderosos!
(CNBB, 1999, p. 50-52)

1979 é o ano da ordenação sacerdotal, ocasião em que tomou posse da Paróquia de Wanderlândia, assumindo também a função de diretor escolar e professor. Os textos produzidos a partir daí tem uma marca militante à esquerda, identificado pedagogicamente com os postulados de Paulo Freire e, politicamente, com a orientação para a organização política dos trabalhadores. A partir da abertura política e da volta dos partidos políticos, a sindicalização e a luta político-partidária tornam-se formas ideais da organização e da resistência concebida por Josimo. A própria linguagem escrita passa por uma adequação. Os textos são em forma de verso, cuja forma de rima procurava imitar a literatura de cordel, conhecida por muitos camponeses paroquianos seus, migrados do Nordeste. Entre estas famílias era comum a leitura

em voz alta, à noite, das aventuras de Lampião, João Grilo, Tubiba e outros personagens do Cordel.

7

Veja bem o sindicato
do povo trabalhador:
é uma força na luta,
contra o sistema opressor.
Também ensina a pensar
de modo libertador. [...]

11

Em Partido Políticos
vamos também lutar
para exercício fecundo
na arte de governar,
utilizando o poder,
para a vida melhorar.
(CPT, 1986, p. 31- 32)

Essa, no entanto, não era a única forma de luta empreendida por Josimo. Como explicaram Henri Burin des Roziers e Pedro Casaldáliga (SILVA, 2011), muito mais frequente era sua presença física entre os camponeses, especialmente em momentos de tensão, como quando haviam ameaças de despejos e quando pistoleiros, apoiados pelo Estado através da polícia, queimavam casas dos camponeses. Além da presença com os camponeses, Josimo levava suas demandas às autoridades, como no caso da carta assinada¹³ por Dom Cornélio Chizzini, com data de 20 de agosto de 1980, e depois, o relatório que causou a ira do Secretário de Segurança do Estado de Goiás, e que foi pano de fundo para a campanha de intimidação que acabou com Josimo preso no ano seguinte, a denúncia de *Violências praticadas contra os trabalhadores rurais na Diocese de Tocantinópolis de junho até novembro de 1984 na região chamada de Bico do Papagaio*, datada de 21 de novembro de 1984¹⁴. Nessa denúncia Josimo dava conta de que, em quatro meses no Bico do Papagaio, 600 famílias haviam sido despejadas de suas posses; 118 casas haviam sido queimadas; 2 fazendeiros tinham sido mortos; 7 assassinatos entre lavradores e líderes sindicais; 27 lavradores presos e outras dezenas espancados pela polícia e por pistoleiros. E, para além dos números, Josimo descreve caso-a-

¹³ Em muitos casos era parte da estratégia de proteção da pessoa de Josimo e de garantia de repercussão da denúncia, pela *autoridade de fala*, que fosse assinada pelo bispo e não pelo agente pastoral, embora o texto fosse dele.

¹⁴ Essa mesma denúncia foi apresentada por Josimo, em 20 de novembro de 1985, ao próprio Ministro da Agricultura, Nelson Ribeiro, além do Secretário de Segurança, Josimo tornava suspeita as atividades do juiz Waltides Perreira dos Passos, do juiz João Batista de Castro Neto, da polícia militar do Estado de Goiás e do GETAT.

caso. Alguns dias depois, ante a acusação de leviandade pelo Secretário de Segurança José Freire, que era fazendeiro e deputado, Josimo se dispõe a provar os dados do relatório.

Pesava ainda contra Josimo o fato de ser negro, e mais grave ainda, assumir-se negro. Os testemunhos de paroquianos e companheiros de CPT, bem como fontes de periódicos pesquisadas, não deixam dúvida de que o fato de se tratar de um homem negro tornava, aos olhos de seus detratores, a ação político-pastoral de Josimo, mais pernicioso. Maria Helena Rodrigues Lopes e João Divino Parreira, ex-paroquianos, bem como Henri Des Roziers, companheiro de Josimo na Pastoral da Terra, relatam a Silva (2011) o preconceito como marca do tratamento a Josimo, sobretudo da parte da polícia. O próprio Geraldo Rodrigues dos Santos, pistoleiro que o executou com dois tiros, declarou não ter matado um padre, mas sim um negro. Sobre essa afirmativa, Ricardo Rezende, também companheiro de CPT à época, explica que “Agora, não devia ser padre porque era negro, não devia ser padre porque andava descalço, isso desqualifica a pessoa [...]”. (SOUSA, 2019, p. 88). Foi também de um ex-militar a serviço do latifúndio, Trajano Bueno Bicalho, que a revista *vVja* colheu a declaração de que era “preciso acabar com o padre preto”. (VEJA, 15/6/1985).

A morte física foi a síntese da antítese ao seu projeto e engajou, na luta contra a terra de trabalho defendida por ele, as elites políticas e econômicas da região. Seguiu-se à morte física um esforço inquisitorial em vistas à morte moral daquele que já tombara em terra roxa e fértil. Entender a conjuntura que assassinou o padre Josimo exige esforço de entendimento das implicações do comprometimento dos agentes do Estado com essa conjuntura. O trabalho da CPT foi de clara opção pelo projeto camponês, ou seja, de solidariedade à luta dos posseiros por manutenção de suas posses, o do Estado foi oposto a isso. Entender a posição do Estado em relação ao trabalho da CPT é um exercício que requer um olhar sobre as práticas dos agentes públicos que atuavam na região, a exemplo do judiciário, na pessoa do Juiz de Araguaína, João Batista de Castro Neto e daqueles agentes que estiveram à frente de órgãos, como o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins, GETAT. Mas a opção preferencial do Estado pode ser lida também nas formas como tratou as denúncias que lhes eram apresentadas pelos agentes da CPT, sobretudo por Josimo. E dessa atuação se pode dizer que a ação do Estado, pela perseguição que seus agentes promoviam contra os camponeses e seus apoiadores, e pela omissão, quando os camponeses e seus apoiadores eram vítimas de violência, era no sentido de fomentar o que se pode chamar de lei do mais forte, ou como escreveu Figueira (1986), a justiça do lobo.

Baleado, o menino preto que crescera, mas ainda de sandálias nos pés, morreu afogado no próprio sangue enquanto aguardava por atendimento médico em uma maca de um hospital imundo de Imperatriz, como morreram tantos outros homens pretos de sandálias surradas. É uma cena triste, mas a estética não se constitui apenas de cenários coloridos. E há muita boniteza nessa vida, toda ela, entregue à luta por um mundo melhor. Não se tratou de proselitismo religioso, mas da mesma convicção de um homem histórico que se decidiu por testemunhar o seu tempo e constituir-se no verbo lutar para além da temporalidade de sua decisão, que foi uma escolha ética de compromisso com o bem enquanto possibilidade.

2. A ética da morte, ou sobre os fazedores da noite

A ética em Aristóteles, como escreveu a seu filho Nicômaco, é ato livre e objetivo, ou seja, decorre de uma opção consciente em vistas ao bem, que não pode confundir-se com a realização individual, senão uma escolha que implica a totalidade. Trata-se, antes de tudo, de uma questão existencialista. A virtude está em escolher o bem que leva à felicidade, fim para o qual tende o homem. A ética da morte foi a ética da Nova República. Primeiro porque esperançou o povo com o Plano Nacional de Reforma Agrária, PNRA, criado pelo Decreto nº 91.766, de 1985, para depois não só apoiar o latifúndio, que se armou¹⁵, como também pela violência dos próprios agentes do Estado cooptados pelos fazedores da morte¹⁶. É nesse contexto que nasce a União Democrática Ruralista (UDR), da articulação do latifúndio para fazer frente, sobretudo em Goiás, Mato Grosso e Pará, à proposta de Reforma Agrária da chamada Nova República.

É preciso considerar alguns fatores atuantes no processo de mobilização do latifúndio que resultou na criação da UDR. Primeiro fator foi a transição política, do Estado autoritário para um Estado democrático, que repercutiu nas formas de controle das massas camponesas sem-terra e trabalho, mas animados na resistência; segundo, o esgotamento do padrão de desenvolvimento da agricultura que, na Amazônia, beneficiou-se fartamente dos incentivos fiscais promovidos pelo nacional-desenvolvimentismo; e terceiro, a intensificação da luta do

¹⁵ A imprensa alardeou a formação das milícias rurais (VEJA, 19/06/1985) e o Estado nada fez.

¹⁶ O próprio secretário de segurança do Estado de Goiás foi acusado de grilar terras. Além deste, o juiz de Araguaína, João Batista de Castro Neto, mais tarde acusado de ter participado do consórcio que pagou pelo assassinato do Padre Josimo.

movimento camponês em decorrência de maior articulação/organização, inclusive com apoio de organismos como a Comissão Pastoral da Terra, de que Josimo fazia parte. Essa soma de fatores, nesse contexto de transição política, pareceu aos latifundiários séria ameaça aos privilégios que mantinham desde o processo colonizador. E isso não podia acontecer.

O nascimento da UDR no Bico do Papagaio foi marcado pela violência em seus propósitos e práticas. O argumento discursivo era, como ainda é, a defesa da inviolabilidade da propriedade, inadmitida a discussão sobre a forma como a terra foi apropriada. E foi a sacralização de práticas como a grilagem que, a partir de sindicatos rurais, associações de produtores rurais e outros grupos organizados na oposição ao Plano Nacional de Reforma Agrária, uniu os latifundiários. Nessa articulação foi muito importante o papel de atores como Ronaldo Caiado, fazendeiro e figura tradicional na política goiana, primeiro presidente da UDR, e dos fazendeiros Salvador Farina e Altair Veloso, também dos anos iniciais da organização. Esses fundadores, e seus sucessores, embora defendam a autonomia da instituição frente ao Estado, e em consequência aos políticos, atuam como agentes cooptadores do Estado e dos políticos, às vezes através de marketing agressivo no sentido de influenciar a opinião pública para os seus interesses, que não deixam de ser políticos. Foi em defesa da propriedade, ameaçada pelo trabalho do padre Josimo, na acepção dos seus idealizadores, que se fundou a UDR e, como acusaram alguns bispos¹⁷, se patrocinou o assassinato de Josimo.

Como se manifestavam os agentes públicos em relação aos agentes pastorais defensores dos camponeses? Difamação, prisão e humilhação¹⁸. A morte física não bastava. Era preciso vilipendiar a memória¹⁹. Em 1985 foram feitas sérias denúncias por Josimo (TAVARES, 20/11/1985), assumidas pelos bispos do Regional Centro-Oeste, que terminaram por indispor Estado e Igreja, tendo sido requerida desta, por parte do Secretário de Segurança Pública, José Freire, e do Comandante da Polícia Militar no Estado, Coronel Álvaro Alves Júnior, que a CPT

¹⁷Desde o primeiro atentado que Josimo sofrera em 17/4/1986 que a CPT já acusava a UDR (O PROGRESSO, 19/5/1986; CORREIO BRASILIENSE, 13/5/1986; JORNAL DE BRASÍLIA, 16/5/1986) de tentar matar o padre Josimo.

¹⁸Como estratégia de repressão à luta camponesa, e aos que lhes apoiavam, era comum proceder-se, sem qualquer processo ou acusação legal, à prisão de agentes pastorais como foi o caso das prisões dos padres Janus Orłowski e Henri Burin des Rozières (Jornal Opção, 12/9/1980) e do próprio Josimo e das freiras que lhe acompanhavam no trabalho pastoral (O Popular, 29/11/1984).

¹⁹Sucedeu-se à morte de Josimo um esforço de assassinato da sua reputação. A UDR tratou de criminalizar o seu trabalho e dos agentes pastorais companheiros que seguiam a caminhada, no que encontrou repercussão na imprensa (O Globo, 13/6/1986). A Folha de São Paulo, em um conjunto de reportagens vinculadas em 25/05/1986, apoiadas nestas denúncias da UDR, apresentou ao público Josimo como subversivo incendiário, concluindo, na avaliação do seu assassinato, que “Josimo não era um santo”. O Jornal do Brasil informou ao grande público, em 17/5/1986, que, em consequência desse perfil subversivo de Josimo, a Brigada Militar da região de Marabá e Imperatriz já aguardavam que o padre fosse morto.

provasse as acusações. A Igreja aceitou o desafio e, para isso, formou uma comitiva com a presença de autoridades eclesiásticas e políticas para visitar o extremo norte de Goiás. À essa disposição, o Estado recrudescera a repressão sobre os agentes pastorais, intimidando-os com inquéritos policiais, e assim, lhes avivando a memória da prisão ocorrida no ano anterior²⁰.

Josimo foi preso em novembro de 1984 e, depois de muita pressão, solto alguns dias depois. Mas as práticas de intimidação e de calúnia continuaram. Montou-se outro processo criminal, em dezembro do mesmo ano, no qual Josimo, a irmã Beatriz Kruch e Lourdes Lúcia Gó passaram a responder por, supostamente, terem insuflado populares a destruírem um posto telefônico da companhia Telecomunicações de Goiás, a TELEGOIÁS. Não se tratava de apurar se os agentes pastorais tinham ou não participado da derrubada do posto telefônico – sabia-se que, por ocasião do episódio, Josimo se encontrava em outra comunidade celebrando missa – mas do esforço de enquadramento dos agentes pastorais, objetos do inquérito, na Lei de Segurança Nacional. E essa foi uma fórmula comum no tratamento das lutas sociais no campo no pós-Guerrilha do Araguaia, discursos e práticas que as enquadravam como herança ou continuidade do movimento guerrilheiro da década de 1970, aquilo que Peixoto (2011) chama de “guerra que veio depois”.

Paralela à disposição em criminalizar a pessoa e o trabalho de Josimo, tornava-se cada vez mais substancial outra linha de contenção, a defendida pelos senhores da violência, aqueles que preparavam os instrumentos para a sua morte. Josimo era objeto de tramas às escondidas, e de ameaças públicas como a registrada pela revista *Veja*, feita pelo ex-tenente da Polícia Militar, Trajano Bueno Bicalho, que se orgulhava de ter participado da Guerrilha do Araguaia, tendo comandado um regimento que, segundo ele, deixou o corpo de uma guerrilheira, “como uma peneira” (VEJA, 19/6/1985). Em relação ao trabalho de Josimo, o militar da reserva considerava que era “preciso acabar com o padre preto e essas freiras estrangeiras que vivem subvertendo a ordem” (Idem). A UDR nasceu nesse contexto, de formação de milícia no campo. Henri Burin des Rozières considera que o êxito dessa organização se deu por aglutinar as associações de fazendeiros que, antes, faziam o enfrentamento à Reforma Agrária de forma dispersa e pouco organizada. Recursos financeiros, influência política e disposição para a violência completou o quadro.

²⁰ O Jornal O Popular noticiou, em 29/11/1984, a prisão do Padre Josimo, da agente pastoral Lúcia Gó e alguns posseiros. É importante observar que essas prisões, sem o devido processo legal, ocorreram na circunscrição da Comarca de Araguaína, onde atuava o juiz João Batista de Castro Neto, juiz esse, acusado de grilagem e corrupção por políticos, conforme Diário da Manhã (20/9/1980), pela CPT em Carta-Denúncia (23/08/1980) e investigado pela própria Corregedoria do Tribunal de Justiça, conforme Ofício n 485/80).

Uma longa reportagem do jornal *O Popular*, datada de 16 de abril de 1985, dá indícios do funcionamento das forças que atuavam a serviço dos ruralistas do Bico do Papagaio. Havia em Goiânia, segundo o jornal, uma empresa chamada Solução, que seria dirigida pelo coronel reformado do exército Irineu Matos e por um outro coronel da PM, também reformado, conhecido como Mourão. Os pistoleiros do grupo eram ex-militares, como foi o caso do ex-soldado da PM Iracílio Cícero Batista de Farias, morto a tiros no conflito da Fazenda Vale do Juari, em Colméia, no dia 23 de março de 1986. Segundo o periódico, a pistolagem no estado de Goiás tinha como base de sustentação as demandas dos conflitos de terra. O jornal indicava o Café Central, na Avenida Anhanguera, em Goiânia, como ponto de referência para a contratação de pistoleiros para matar camponeses no norte do estado ou no sul do Pará, a grande maioria ex-policiais, alguns ainda na ativa. A mesma reportagem estima existirem à época mais de 600 estabelecimentos de igual natureza espalhados pelo estado de Goiás.

3. Morte que é vida

Em 17 de abril de 1986 Josimo sofreu o primeiro atentado contra a sua vida. Embora fosse ele a pessoa mais ameaçada de morte por fazendeiros e grileiros que atuavam no Bico do Papagaio, como reconheceu a reportagem do jornal *O Popular* (17/4/1986), nada se fez para garantir sua integridade. Para seus pares, o clero da Diocese de Tocantinópolis, o melhor era que Josimo saísse da região. A fuga. Mas Josimo decidiu ficar. No dia 10 de maio de 1986 a CPT publicou uma nota sob o título: “o latifúndio assassina padre Josimo”. Finalmente o padre preto estava morto. Mas ainda não haviam acabado com ele, como vaticinara ser necessário Trajano Bueno Bicalho (VEJA 19/6/1985, p. 22). Disso se encarregaria o Estado.

Há um dizer antigo
Entre os homens da raça dos rios:
a morte quando se anuncia,
devora a sombra do corpo
e inventa a luz da solidão [...]
Todos sabiam dessa morte...
(CPT, 1986, p. 9-12)

À época em análise, desde o sudeste paraense ao Bico do Papagaio era fato comum a existência de listas de marcados para morrer (GALLO, 2008) que terminavam morrendo. Josimo foi um caso de ameaçado de morte amplamente publicizado. E já era sabido que os

agentes públicos não tinham o menor compromisso com a defesa da sua vida. Quando sofreu o atentado de 17 de abril de 1986 e procurou ajuda no quartel da Polícia Militar em Augustinópolis, ouviu dos agentes públicos que não podiam fazer nada porque nem rádio tinham para poder solicitar uma intercepção dos suspeitos. Essa precariedade material era complementar à precariedade moral destes mesmos agentes, que não viam problema em atuar em parceria com pistoleiros, muitos deles ex-colegas de farda, a serviço do latifúndio.

Num ambiente de naturalização da morte de camponeses e com a ostensiva violência dos que se engajavam na sua defesa, a morte tornou-se uma sombra que seguia Josimo onde quer que fosse. E dessa perspectiva sempre presente, o medo, e não raro a solidão. Na sua declaração ao clero diocesano²¹, no entanto, a conclusão era de que “nem o medo me detêm” e que a morte seria por uma causa justa. Morreu 13 dias depois.

Quem matou Josimo? As investigações foram rápidas e simplórias. A arma foi disparada pelo pistoleiro Geraldo Rodrigues dos Santos e Josimo teria sido morto por suposta participação no assassinato do fazendeiro Sebastião Teodoro da Silva, o Donda. O mandante teria sido Osmar Teodoro da Silva, o Neném, que delegou ao seu sobrinho, Vilson Nunes Cardoso, a responsabilidade de matar o padre. Este, por sua vez, teria contatado Geraldo Rodrigues, o pistoleiro, e lhe dado apoio material e fuga. O homem que lutou contra o latifúndio, teria sido morto, segundo o Estado, em função de vingança pessoal. Todavia, logo o número de fazendeiros, políticos e autoridades públicas envolvidas foi se ampliando. A prisão do pistoleiro Geraldo Rodrigues levou a nomes como de Geraldo Paulo Vieira e seu filho, Adailson Gomes Vieira; dos irmãos Teodoro, Osmar Teodoro da Silva, Guiomar Teodoro da Silva, Nazaré Teodoro e Osvaldino Teodoro da Silva, o Mundico. As pressões da igreja, de instituições e atores sensíveis à luta camponesa levou a descobertas que confirmaram as primeiras posições da igreja, da morte implicada no caráter estrutural da violência que alcançou o padre Josimo.

Pela diversidade de atores²², se concluiu a morte como um gesto de um sujeito coletivo, o capital. E o capital envolve uma estrutura que, no Bico do Papagaio, se organizou em torno

²¹ Transcrito da sua declaração por ocasião de uma Assembleia da Diocese de Tocantinópolis, poucos dias antes da sua morte.

²² Passados quase vinte, novas descobertas. Guiomar Teodoro da Silva, depois de cumprir pena de 14 anos e 3 meses de reclusão, como mandante do assassinato, resolveu, em 2004, revelar o nome de outros envolvidos, entre eles o ex-Juiz de Araguaína, João Batista de Castro Neto e um ex-prefeito, também de Araguaína, cujo nome é mantido em sigilo. Em 25 de abril de 2010, quase vinte anos após o assassinato do padre Josimo, o Juiz Costa Junior, da 1ª Vara Criminal de Imperatriz (MA), recebeu denúncia oferecida pelo o promotor Arnaldo Jorge de Castro Ferreira contra o juiz aposentado João Batista de Castro Neto e os fazendeiros José Elvécio Vilarino e Pedro Vilarino Ferreira. Eles são apontados como mandantes do crime. De acordo com a denúncia, João Batista de Castro Neto, José Elvécio Vilarino e Pedro Vilarino Ferreira, junto com Osmar Teodoro da Silva e Geraldo Paulo Vieira,

da UDR. No Bico do Papagaio, a UDR nasceu como uma organização paramilitar e, por isso, foi suspeita de envolvimento no assassinato de Josimo, como circulou na imprensa²³, inclusive pelo fato de os fazendeiros já virem se armando desde 1984²⁴. A atuação do latifúndio, a partir da UDR, se fazia sob duas frentes: o lobby junto a políticos importantes na desconstrução dos avanços em torno da Reforma Agrária, e o uso de milícias para intimidar, expulsar posseiros e matar quem resistisse.

Após a morte, as autoridades públicas que foram desafiadas pela sua existência e trabalho apressaram-se em se comprometerem com a apuração e prisão dos acusados e com a promoção da Reforma Agrária²⁵. Bandos armados pelo latifúndio seriam desarmados (O GLOBO, 14/5/1986). De repente o governo descobriu que as polícias estaduais estavam envolvidas em crimes²⁶. Tão rápido quando esse ânimo se manifestou, esvaeceu-se. Impôs-se, no lugar da justiça, o segundo assassinato, o da reputação. Iniciou-se, com base em relatórios dos órgãos de Estado, uma campanha de difamação contra Josimo e seus companheiros na imprensa²⁷. A UDR foi a primeira a acusar o padre assassinado²⁸. Para Ronaldo Caiado, falando em nome da UDR, Josimo colheu a tempestade do vento que plantou. Posteriormente, como levantou a *Folha de São Paulo* (17/5/1986), os comandantes do 50º Batalhão de Infantaria de Selva, sediado em Imperatriz, e o Comandante do 23ª Brigada de Infantaria de Selva, de Marabá, apresentaram relatórios sobre Josimo dando conta de que este seria ex-candidato do PT, partidário dos sem-terra, processado por co-autoria na morte de um fazendeiro e provocador de dano ao patrimônio público não sendo, portanto, surpresa que tenha sido assassinado. Um outro periódico²⁹ ainda acrescenta que em face das ações contra os proprietários rurais desenvolvidas pelo Padre Josimo na Região do Bico do Papagaio, o Comando da 23ª Brigada de Infantaria de Selva de Marabá já esperava por sua morte. A morte do padre que, na orientação de *O Estado de S. Paulo*

se reuniram várias vezes para planejar a morte do padre. Eles teriam decidido qual arma usar e quem contratar para a empreitada, além da forma de pagamento. Entre os vários indiciados nesse crime, alguns já condenados, Osvaldino Teodoro da Silva, o Mundico, foi a condenação mais recente, em 15 de setembro de 2010.

²³ (O LIBERAL, 13/5/1986; O PROGRESSO, 19/5/1986; 19/4/1986; JORNAL DE BRASÍLIA, 16/5/1986)

²⁴ Como registrado na reportagem de Veja, 19/6/1985.

²⁵ Como amplamente circulado na imprensa (O GLOBO, 13/5/1986; O ESTADO DE SÃO PAULO, 13/05/1986; JORNAL DO BRASIL, 13/5/1985; JORNAL DA TARDE, 13/5/1985)

²⁶ Muito embora a imprensa já tenha noticiado a situação, pelo menos um ano antes (O POPULAR 16/4/1985; VEJA, 19/6/1985), somente depois da morte que o governo descobriu que haviam milícias armadas na região apoiadas por agentes do Estado (CORREIO BRASILIENSE, 15/5/1986; O GLOBO, 4/9/1987; JORNAL DO BRASIL, 15/5/1986; FOLHA DE SÃO PAULO, 17/5/1986)

²⁷ Como publicado pela Folha de São Paulo (25/5/1986) e pelo O Estado de São Paulo, 28/8/1986.

²⁸ Notas da instituição, argumentando que Josimo não era um santo, foram vinculados ao jornal *O Popular*, 16/4/1986 e no *Correio Brasiliense* 24/5/1986. Aparentemente, isso basta para justificar seu assassinato.

²⁹ (JORNAL DO BRASIL, 17/5/1986)

(22/8/1986), pregava desobediência às leis, também tinha seus reflexos na prática da CPT, segundo o jornal. Desse modo, a morte de Josimo teria desarticulado a CPT que, depois de perder seu líder mais atuante, encontrava-se desarticulada, sobrevivendo no isolamento e quase na barbárie.

A morte de Josimo, no entanto, não foi uma vitória para o latifúndio. Aquela morte brotou em vida. Josimo, seja pela poesia, pelo canto, pelo grito, pelo sangue ou mesmo no quietar-se, quando abatido pelo capital, inspirou a luta. A CPT e, antes dela, a atitude de alguns bispos da Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste, significou um despertar e uma mobilização da parte desse grupo cada vez maior, de pessoas que, ante um Estado repressivo e violento, sobretudo com os pobres do campo, passaram a formular alternativas tendo em vista a promoção de uma justiça social acimentada na revisão do princípio de propriedade da terra. A morte de Josimo foi, nesse sentido, a reafirmação da validade do projeto daqueles em função dos quais viveu, lutou e morreu, os camponeses.

Considerações finais

Em termos curriculares o que se espera da educação, especialmente do ensino de História, é que as pessoas possam se reconhecer no processo educativo. Infelizmente, porém, temos indicado a atualização dos reclames de Murilo Mendes nos idos de 1935, sobre um ensino odioso e a feiura da escola, que nada tem a ver com o mundo dos vivos. Aulas que transitam por tópicos de colonização, como as capitânicas hereditárias, ciclos econômicos, escravidão e estudos da linguagem, quase sempre se fazem à margem do mundo dos viventes. Como falar, especialmente no contexto do Araguaia-Tocantins, de temas tão caros à nossa história sem situar os alunos a partir da sua própria história, inclusive da luta pela terra? Contextualizar o ensino, significando a aprendizagem, é esforço de emersão da mesmice implícita no cotidiano para, olhando sobre esse cotidiano, criar alternativas de intervenção e mudança no curso dessa vida cotidiana. É o impulso de negação do que se tem gestado enquanto política educacional para essa região norte do Brasil e de negação de um currículo que, sob a estratégia da cultura homogênea, impõe aos povos do campo o silêncio sobre suas lutas, suas conquistas, suas dores e suas alegrias e, no lugar desse colorido, infunde uma visão autoritária de cultura e de história.

Entendemos que a história agrária pode e deve ser matéria de estudo dos alunos, especialmente da educação básica. Numa terra de negros, indígenas e camponeses é justo que o campo e as questões caras a esse povo possam se fazer presentes em sala de aula. Nesse sentido, acreditamos que a ética e a estética no engajamento político-pastoral do padre Josimo

é aprendizagem imprescindível. E não se trata de criar militância, mas de conhecer, conhecimento fundamental para a formação de opinião sobre as lutas no campo, que continuam. Há que se dizer ainda que a crítica desenvolvida por Paulo Freire ao modelo educacional, que entre outros adjetivos foi qualificada como educação bancária, tendo como pressuposto de superação a práxis docente “que não sendo ‘blábláblá’, nem ativismo, é ação e reflexão” (FREIRE, 1987, p. 21), ação e reflexão substanciados por competência científica e política (FREIRE, 1997) pressupõe que os próprios professores devam conhecer a história agrária, marcada na Amazônia, pela violência. O desconhecimento dessa realidade compromete o trabalho docente que se dá nesse contexto.

A boniteza em Freire é uma ideia que não cabe no próprio termo. Envolve a luta, não a luta raivosa, mas a luta amorosa pelo direito de Ser Mais. É também o esperar, aquela convicção de que o valor da luta está naquilo que é para além da ação enquanto acontece, mas que não prescinde dela. A boniteza é a pedagogia do oprimido, condição para o Ser Mais. A boniteza é intrinsecamente ligada ao caráter estético e ético da luta enquanto caminho na direção do bem coletivo. É nessa acepção que se pensa a relação entre a luta do padre Josimo e a educação como forma de enfrentamento daquilo que atravança a educação. Relação numa perspectiva de educação como processo humanizador e libertador, que se desenvolve numa proposta de ensino-aprendizagem que, reconhecendo o protagonismo dos alunos e valorizando-os como sujeitos que são, referendado nos pressupostos da educação histórica e da teoria freireana, podemos chamar de educação encarnada.

Essa perspectiva é que atribui significado a essa pesquisa, ou seja, poder contribuir com a educação básica subsidiando aprendizagem sobre o contexto em que se dá essa educação. E isso é o mais importante a se dizer nas considerações finais desse texto, do desejo de que a história local, que é indissociável do problema mais duradouro da sociedade brasileira, possa alcançar a sala de aula.

Referências

ALDIGHIERI, Mário. *Josimo: a terra, a vida*. São Paulo: Loyola, 1993.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco: Poética*. VALLANDRO, Leonel (Trad.). 4ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. Col. Os pensadores.

BEZERRA, Maria do Socorro Soares. *Ecos e silenciamentos na luta do padre Josimo junto aos movimentos sociais na Região do Bico do Papagaio-TO na década de 1980*. 2013. 194f.

Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A educação popular na escola cidadã*. São Paulo: Editora Vozes, 2002.

CHAVES, Patrícia Rocha. *Rebeldia e Barbárie: conflitos sócioterritoriais na região do Bico do Papagaio*. 2015. 404f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

COMBLIN, José. *Teologia da Enxada*. Petrópolis: Vozes, 1977.

COX, Harvey Gallagher. *A Cidade do Homem: a secularização e a urbanização na perspectiva teológica*. Tradução: Jovelino Pereira Ramos e Myra Ramos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

CPT. *Pe. Josimo: a velha violência da Nova República*. São Paulo: Editora Ícone, 1986.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia*. Petrópolis: Vozes, 1986.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Olho D'água, 1997.

GADOTTI, Moacir. *Paulo Freire: uma bibliografia*. São Paulo/Brasília: Cortez/Instituto Paulo Freire/Unesco, 1996.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação: perspectivas*. Petrópolis: Vozes, 1975.

MARTINS. José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil: terra e poder – o problema da terra na crise política*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1984.

MARTINS. José de Souza. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo*. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS. José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do Humano*. 2^a ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MENDES, Murilo. *A história no curso secundário*. São Paulo: Gráfica Paulista, 1935.

SILVA, Moisés Pereira da Silva. *Padre Josimo Moraes Tavares e a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos conflitos agrários do Araguaia-Tocantins (1970 – 1986)*. 2011. 175f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

SILVA, Moisés Pereira da Silva. *O trabalho escravo contemporâneo e a atuação da CPT no campo (1970 - 1995)*. 2016. 264f. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

Documentos

BRASIL. *Decreto 91.766*, de 10 de outubro de 1985: estabelece Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA. Brasília. Palácio do Planalto, 1985.

CNBB. *Servo solidário do direito e da Justiça*. Goiânia: Regional Centro Oeste – CNBB, 1999.

ESTADO DE GOIÁS. *Ofício n 485/80*³⁰. Corregedoria Geral de Justiça. 05/08/1980.

CPT. *Ação de Juiz favorece a Grilagem no Norte Goiano*. Carta-denúncia. Goiânia: 23/08/1980.

CPT. *Arquivo da CPT Araguaia-Tocantins*. Araguaína: CPT, 1986³¹.

Documentário

GALLO, Emílio. *Esse Homem Vai Morrer: Um Faroeste Caboclo*. Direção: GALLO, Emília. Produção: Brasil, 75 min, 2008, Doc.

Periódicos do Arquivo da CPT³²

CPT confirma a prisão e espancamento de dois padres em Araguaína. *Jornal Opção*, 12/09/1980. p. 05

CPT impetra mandado contra a liminar do Juiz de Araguaína. *Jornal Opção*, 13/09/1980, p. 04.

Alziro denúncia abusos do juiz de Araguaína. *Diário da Manhã*, 20/09/1980³³.

Terras em litígio: Deputado diz que juiz foi subornado. *Diário da Manhã*. Goiânia: 02/10/1980, p. 11.

Pistoleiros S.A: um mercado em alta. *O popular*, Goiânia: 16/4/1985.

Nota da UDR: carta ao leitor. *Correio Brasiliense*, Brasília: 25/4/1986.

³⁰ CPT. Dossiê Padre Josimo. Arquivo da CPT Araguaia-Tocantins. Araguaína. Esse dossiê é composto de recortes de jornais, cópias de ofícios, cartas, relatórios e outras fontes. Tudo, no entanto, em estado bem precário dado a impropriedade da forma, do ponto de vista da arquivologia, em que está acondicionado.

³¹ Recortes de jornais, cartas, relatórios e outros documentos acessados em caixas e outros recipientes. Esses documentos, foram acessados em 2010, por ocasião da pesquisa de mestrado em uma pequena sala do prédio da CPT Araguaia-Tocantins, Araguaína-TO.

³² Em alguns casos não é possível, no arquivo, identificar o número de página do periódico.

³³ Em alguns casos o arquivo não informa o número da página do periódico.

Reforma Agrária: os fazendeiros se armam. In revista *VEJA*, Ed. Abril, nº 876, 19/06/1985. pp. 20-26.

Violência no campo: o governo exige energia dos governadores. *O Estado de São Paulo*, São Paulo: 13/5/1986.

Um conflito antigo com a UDR. *Correio Brasiliense*, 13/5/1986, p. 132.

Fazendeiros fazem leilão para se armarem. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13/5/1986.

Sarney exige rigor na apuração da morte do padre. *O Globo*. Rio de Janeiro: 13/5/1986.

Assassinato coincide com fundação da UDR. *O Liberal*, Belém: 13/5/1986.

Sarney quer mão forte contra a violência no campo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro: 13/05/1986, p. 9.

Violência no campo: o governo exige energia dos governadores. *O Estado de São Paulo*, São Paulo: 13/5/1986.

Violência no campo: o governo exige energia dos governadores. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 13/5/1986.

Governo vai desarmar bandos no Bico do Papagaio. *O Globo*. Rio de Janeiro: 14/5/1986.

Tuma acusa PM de conivência com crimes rurais. *Correio Brasiliense*, Brasília, 15/5/1986, p. 7.

Tuma diz que polícia participa de crimes no Maranhão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro: 15/5/1986.

Bispos acusam UDR pelo assassinato de padre Josimo. *Jornal de Brasília*, Brasília, 16/5/1986.

Nota da UDR: Nota Oficial. *O Popular*. Goiânia: 16/5/1986.

PF vê envolvimento de autoridades nos conflitos. *Folha de São Paulo*, 17/5/1986.

PF vê envolvimento de autoridades nos conflitos. *Folha de São Paulo*, 17/5/1986.

Relatório mostra que brigada já esperava morte do padre. *Jornal do Brasil*, 17/5/1986.

Padre Josimo não era um Santo diz UDR. *Correio Brasiliense*, 24/5/1986.

Padre assassinado era polêmico. *Folha de São Paulo*, 25/5/1986.

Divergências entre a CPT e o clero. *Jornal de Imperatriz* (transcrito do jornal O Estado de São Paulo). Imperatriz: 28/8/1986.

Um conflito antigo com a UDR. *Correio Brasiliense*: 5/9/1986.

Policiais do DF formam milícias no Sul do Pará. *O Globo*, Rio de Janeiro: 4/9/1987.

Periódico online

SOUZA, Mariana Duarte. Qual a história por trás do massacre de garimpeiros da Ponte de Marabá? *Brasil de Fato*, São Paulo (SP), 26 de Janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/26/qual-a-historia-por-tras-do-massacre-da-pontede-maraba/>. Acessado em: 2 dez. 2021.

Recebido em 08 de abril de 2023

Aceito em 06 de outubro de 2023